



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



«CASO BPN»

Carlos Tavares no Parlamento

Carlos Tavares, presidente da CMVM, vai prestar esclarecimentos sobre o caso BPN na próxima quarta-feira. Segundo Fátima Abrantes Mendes, do serviço de apoio à Comissão Parlamentar de inquérito, para além da audição ao presidente da CMVM, marcada para o dia 29, também está já agendada a presença de Abdool Vakil, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), para o dia seguinte.



BANCA

Fecho de contas do BPN implica "correção" dos números de 2006 e 2007

Resultados vão identificar origem dos "buracos" do banco e atribuir responsabilidades às administrações devidas

MARIA JOÃO GAGO
mjgago@negocios.pt

A administração do Banco Português de Negócios (BPN), liderada por Francisco Bandeira, está a ultimar o encerramento das contas da instituição referentes ao ano passado, um passo imprescindível para que o Governo possa tomar uma decisão sobre o destino a dar ao banco. Ao que o **Negócios** apurou, o fecho dos resultados de 2008 vai implicar uma revisão das contas de 2006 e 2007, para que se possa avaliar as responsabilidades imputáveis às anteriores administrações do BPN.

O objectivo da equipa de Bandeira é ter este processo concluído até ao final deste mês e há o compromisso de que as contas referentes a 31 de Dezembro de 2008 irão reflectir a verdadeira e definitiva situação patrimonial do banco. Haverá, por um lado, a contabilização das perdas e imparidades ao nível da demonstração de resultados, o que deverá resultar no apuramento de várias centenas de milhões de euros de prejuízos. Por outro, serão feitos os ajustamentos necessários à situação líquida da instituição e calculadas as suas necessidades de capital, que também ascenderão a centenas de milhões de euros.

O "buraco" do BPN já foi calculado em 1,8 mil milhões de euros. Parte deste valor corresponderá a prejuízos e outra parte terá de ser abatida aos capitais próprios. Independentemente da forma como terão de ser contabilizadas as perdas, está a haver a preocupação de fazer com que os resultados deixem claro qual é a origem dos prejuízos e das necessidades de capital.

Malparado representa maior fatia do "buraco"

Mais de metade do "buraco" de quase dois mil milhões de euros apurado no BPN resulta de créditos concedidos pelo banco e que já não é possível recuperar, de acordo com os dados divulgados por Francisco Bandeira, na comissão parlamentar de inquérito

Apuramento dos resultados de 2008 está a ser feito com a preocupação de deixar claro de onde vêm as perdas do banco.

to à nacionalização do BPN, no início de Fevereiro. Haverá mais de 950 milhões de euros de financiamentos nesta situação, o que corresponde a cerca de 20% do crédito concedido pela instituição até ao final de Setembro do ano passado (cinco mil milhões).

Os números divulgados na altura apontavam ainda para que as actividades desenvolvidas através do Banco Insular, a instituição cabo-verdiana usada para esconder prejuízos, tenham estado na origem de perdas que superaram os 550 milhões. Outra das fontes do "buraco" foi a sobreavaliação de activos, designadamente de património imobiliário, detido pelo banco ou através de fundos de investimento. A correção desta situação será responsável por perdas de mais de 200 milhões de euros.

Futuro do banco decidido antes do Verão

Depois de ter em sua posse as contas definitivas referentes ao ano passado, o Ministério das Finanças estará em condições de tomar uma decisão sobre o destino a dar ao BPN, uma vez que também já lhe foram entregues as avaliações feitas pelo Deutsche Bank e pela Deloitte. O objectivo da tutela é ter a questão resolvida até final de Junho.

Antes do Verão, os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios, "holding" que até à nacionalização detinha 100% do capital do BPN, deverão ter a confirmação de que não terão direito a receber qualquer indemnização, como concluem as avaliações ao banco.

€1.800 M

"Buraco" do BPN está calculado em 1,8 mil milhões e resulta de malparado, perdas no insular e sobreavaliação de activos.

Líder da CMVM e Abdool Vakil na AR esta semana

O presidente da CMVM, Carlos Tavares, vai ser ouvido na comissão parlamentar de inquérito ao BPN na quarta-feira, depois da sessão plenária. Esta é a primeira vez que um responsável pela supervisão dos intermediários financeiros será ouvido no âmbito do inquérito que os deputados têm em curso. No dia seguinte será a vez de Abdool Vakil, presidente interino do BPN entre Fevereiro e Junho do ano passado, voltar à Assembleia da República (AR). O gestor foi chamado uma segunda vez para ser confrontado com declarações de outros depoentes, segundo os quais Vakil já sabia que o Insular era do BPN antes de Maio, data em que, segundo o próprio afirmou, teve conhecimento da relação entre as duas instituições. Segundo a Lusa, depois destas duas audições, seguir-se-á a repetição dos depoimentos de Manuel Dias Loureiro, antigo gestor da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), e de José Vaz Mascarenhas, antigo presidente do Banco Insular, que são chamados a esclarecer as contradições entre os seus depoimentos iniciais e os relatos feitos por outras testemunhas e que envolvem a sua actuação.



Bandeira aposta na reanimação co

Independentemente do futuro do banco, a administração do BPN tem apostado na "redinamização" comercial da instituição. A equipa

de Francisco Bandeira definiu um plano de objectivos, com metas de crescimento de recursos e de clientes. É desta forma que estão



Miguel Baltazar

SOLUÇÕES

FUSÃO E VENDA IMEDIATA OU POSTERIOR SÃO OS CENÁRIOS

1 VENDA IMEDIATA PODE DEMORAR MESES

Uma das alternativas para o futuro do BPN é a venda imediata da instituição a outros grupos financeiros, sejam nacionais ou estrangeiros. Se o ministro das Finanças optar por este cenário, terá de decidir, antes de mais nada, o que vai vender. O banco na totalidade? Uma parte? Só os bons activos? Certo é que já houve uma instituição, o Montepio, que mostrou interesse. Mas é provável que, caso opte por vender já o banco, a tutela pretenda abrir a porta a várias ofertas.

2 ALIENAÇÃO POSTERIOR EXIGIRÁ NOVA GESTÃO

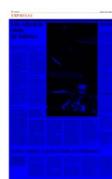
O Governo pode decidir já, ou ter de o fazer caso o cenário da venda imediata se revele impraticável, alienar o BPN num momento posterior. O racional desta alternativa será valorizar o banco para maximizar o resultado da venda a concretizar numa altura em que a crise económico-financeira esteja ultrapassada. Se for esta a opção, o accionista Estado deverá encontrar uma equipa de gestão nova para o BPN, já que será difícil que a Caixa Geral de Depósitos tenha margem para continuar a partilhar membros da sua administração com o banco nacionalizado. Haverá também necessidade de colmatar as necessidades de capital do BPN até à reprivatização.

3 FUSÃO COM A CGD SERÁ RÁPIDA MAS EXIGE CAPITAL

A terceira alternativa em cima da mesa é a integração do BPN na Caixa Geral de Depósitos. Esta solução pode ser concretizada de imediato. Caso o Estado opte por este cenário, caberá depois à gestão da CGD decidir o que fazer àquela rede. Pode, muito simplesmente, diluir o banco na própria Caixa, o que implicará o desaparecimento da marca BPN. Outra possibilidade é especializar as agências deste banco num segmento de clientes, por exemplo, empresariais. Qualquer que fosse a opção da CGD, teria de haver injeção de fundos no banco, para cobrir as perdas da instituição nacionalizada.

Comercial do banco

a ser testadas as capacidades comerciais da rede do BPN, o que pode ajudar a tomar uma decisão sobre o seu futuro.



Um relatório cheio de indícios

Inspecção de 2005 ao BPN mostra que BdP teve muitas dúvidas

Muitos dos casos que nos últimos meses têm sido escrutinados pelas autoridades judiciais e pelos deputados no âmbito da Comissão de Inquérito ao caso BPN estão registados em cerca de 80 páginas de um relatório de inspecção do Banco de Portugal (BdP), feito em 2005.

É um documento que tem sido várias vezes referido na Assembleia da República e que contém um rol de indícios de relações duvidosas e ilegalidades, identificados pelo BdP.

Neste relatório são referidas sociedades sediadas em paraísos fiscais (offshores) parquadas neste banco, mas não há qualquer referência ao Banco Insular, cuja titularidade foi escondida do supervisor e pelo qual passaram operações de grande dimensão que não foram consolidadas no grupo SLN.

António Marta, vice-governador do BdP na altura desta inspecção, mas que saiu em 2006, chegou a afirmar no Parlamento que, em face dos indícios revelados neste relatório — uma excessiva concentração de crédito imobiliário e demasiadas relações privilegiadas com algumas empresas —, decidiu promover uma reunião com a administração do grupo. “Hoje, à luz do que sabemos, a supervisão falhou”, afirmou.

Falta de informação

No relatório, o BdP queixava-se da forma como o grupo contornava as questões colocadas. As respostas eram insatisfatórias ou mesmo inexistentes e por diversas vezes o supervisor do sector financeiro recomendou a necessidade de ajustamento das contas a nível consolidado, de aumentar capital para manter os rácios a um nível aceitável, de separar a área financeira da não financeira e de reduzir o que considerava ser o excessivo peso de crédito concedido a grandes clientes, accionistas e empresas do grupo (ver caixa).

Aliás, a insatisfação face às respostas do grupo à altura dirigida por José Oliveira Costa já vinha da anterior inspecção, feita em 2002. A acção de supervisão terá então sido, segundo o supervisor, condicionada pela demora na resposta às questões colocadas, sendo que algumas acabaram mesmo por não ser da-

das. Além disso, o BdP não tinha acesso a informações que considerava essenciais e que deviam estar disponíveis no sistema informático.

Os inspectores do BdP fizeram também um levantamento exaustivo das relações entre o BPN e a SLN (que o controlava), empresas participadas pelo grupo e accionistas, assim como da venda de empresas a accionistas, nomeadamente a SLN Imobiliária e dos mecanismos de controlo ao BPN Cayman, filial do grupo no offshore de Cayman, entre outras situações.

Relações perigosas

A exposição do grupo de El-Assir — empresário libanês que esteve envolvido no negócio ruinoso de Porto Rico — ao BPN através de vários offshores financiados pelo grupo é também destacada.

No relatório é referido, uma vez mais, o facto de não haver informação sobre as operações do Excellence Assets Fund (EAF), constituído nas Ilhas Cayman, e que serviu para a compra das empresas em Porto Rico. Não foi possível obter a identidade dos detentores do fundo, mesmo depois de o BdP ter pedido esta informação ao grupo, em 2002.

Já nesta altura existiam evi-

A supervisão terá sido condicionada pela demora das respostas do BPN, algumas das quais nunca foram dadas

dências de fortes ligações deste fundo ao grupo El-Assir. Um grupo que aparece entre os grandes clientes com créditos no montante de €42,9 milhões, concedidos a favor de várias empresas offshore através do BPN Cayman. Alguns dos imóveis dados como garantia pertenciam também a El-Assir, concluía então o BdP.

Um dos problemas também detectados na sequência desta inspecção diz respeito à inexistência de mecanismos de controlo interno adequados relativamente a operações realizadas entre empresas do grupo, tais como as relativas a títulos, participa-



Vitor Constâncio terá de voltar em breve ao Parlamento para falar do caso BPN FOTO ALBERTO FRIAS

ções financeiras e suprimentos, como é, aliás, exigido pelo BdP. Por este motivo existiam mais-valias apuradas nestas operações que não eram anuladas no processo de consolidação, e isso traduziu-se na sobrevalorização dos resultados do grupo entre 2002 a 2004. As reservas deveriam, por isso, ser inferiores em €8 milhões.

Em Novembro, o governador do BdP, Vitor Constâncio, disse que se não tivesse havido denúncias anónimas, nunca teriam sido descobertas as irregularidades que foram cometidas no BPN. A questão foi-lhe colocada na Comissão Parlamentar de

Economia e Finanças e no âmbito da nacionalização do BPN e da descoberta do chamado balcão virtual, da titularidade do Banco Insular e do ‘buraco’ em que o grupo estava metido (€700 milhões na altura, hoje mais de €2 mil milhões).

O governador, que será chamado à comissão de inquérito, referiu ainda que “até 2007 os problemas do BPN nunca puseram em causa a solvabilidade e liquidez do grupo presidido por Oliveira Costa”, e que as situações detectadas até 2007 foram corrigidas através de instruções do BdP, nomeadamente no que diz respeito ao reforço de provisões

para riscos de crédito e aumentos de rácios de capital.

O deputado do CDS-PP, Nuno Melo, acusou no início de Abril o BdP de já em 2005, no âmbito deste relatório, saber de factos “de extrema gravidade” dizendo que “nem por isso o BdP decidiu solicitar uma auditoria externa, o que é lamentável”. Sobre este mesmo assunto o BdP emitiu um comunicado dizendo que “as situações referidas no relatório não indiciam nem têm nada a ver com as situações fraudulentas posteriormente detectadas”.

ISABEL VICENTE
ivicente@expresso.imprensa.pt

O QUE O BDP JÁ SABIA

Procedimentos de crédito

Organização muito deficiente dos dossiês de crédito e gestão de acompanhamento das carteiras, também detectado em 2002. Muitas propostas de crédito estavam fora do sistema e eram feitas manualmente.

Filial do BPN Cayman

As operações domiciliadas neste paraíso fiscal eram feitas num sistema informático próprio, ao qual tinham acesso um número restrito de pessoas no controlo das contas de depósitos e do crédito. A Direcção de Auditoria (do BPN) não tinha feito qualquer análise à actividade do BPN Cayman, o que quer dizer que não tinham sido aplicados os mecanismos de controlo necessários à aplicação dos princípios preventivos de branqueamento de capitais e à identificação dos clientes. Como tal a informação reportada poderia não ser exacta.

Grupo Sogipart

A Sogipart (antiga SLN Imobiliária), apesar de ter sido vendida em Agosto de 2000 a um grupo de cinco accionistas da SLN (através de uma empresa chamada Camden), por recomendação do BdP, mantinha em 2005 nos seus órgãos sociais quadros ou elementos dos órgãos sociais de empresas do grupo SLN e continuava a ser gerida no interesse do grupo BPN. A situação foi corrigida na sequência da inspecção do BdP de 2005. A Camden era um veículo offshore do qual não foi possível obter informações documentadas, tendo o supervisor sido informado que pertencia a cinco accionistas da SLN — irmãos Cavaco (António e Manuel), Rui Fonseca, Fernando Cordeiro, Manuel Veríssimo. Dois dos accionistas afirmam que pouco tempo depois da compra da SLN Imobiliária (em 2000) as empresas voltaram ao grupo e dizem desconhecer a Camden.

Grupo El-Assir

O crédito concedido a diversas entidades associadas a El-Assir (Gransotol, Miraflores, La Granjilla, Adler Associates, Ilea Finance e delas Enterprises) não eram reportadas como se de um grande cliente se tratasse, ou seja em base consolidada, embora o montante concedido (€42,9 milhões) obrigasse o BPN a fazê-lo.

Zevin Holdings LLC (EUA)

Não se sabia de quem era este veículo utilizado em Setembro de 2003 para financiar a compra de 41 quadros do pintor Miró. O contrato foi celebrado por seis meses e o montante ascendeu a €19 milhões. Os quadros ficaram depois da nacionalização do BPN.

Quatro audições à porta fechada no Parlamento

Secretismo inaugura uma nova fase dos trabalhos iniciados pela comissão a 13 de Janeiro. Até agora apenas os revisores oficiais de contas tinham sido ouvidos à porta fechada

O secretismo está a tomar conta da Comissão de Inquérito Parlamentar ao caso BPN. Esta semana houve quatro audições à porta fechada.

Luís Caprichoso, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) e considerado até determinada altura o braço direito do ex-presidente do BPN Oliveira Costa, tinha invocado a condição de arguido no processo que decorre no Banco de Portugal (BdP) para não ir ao Parlamento, quando foi chamado pe-

la primeira vez. Mas os deputados questionaram os fundamentos apresentados e voltaram a chamá-lo. Desta vez deslocou-se mesmo ao Parlamento mas voltou a invocar o direito ao silêncio. Não demorou mais de 15 minutos a ler uma declaração com argumentos que os deputados aceitaram.

Já António Franco, ex-administrador do BPN, foi a primeira pessoa a ser ouvida pela segunda vez, mas desta vez à porta fechada, alegando direitos funda-

mentais. Da primeira vez que depois, o BdP reagiu dizendo que ele tinha reconhecido a prestação de informações falsas e que deveria ser responsabilizado por isso.

Franco foi chamado pelo CDS-PP para identificar quais os principais accionistas que tiveram financiamentos no Banco Insular em seu nome próprio ou através de empresas, quem sabia do documento Estado da Nação (onde já eram reconhecidos problemas graves no grupo) e

como se processavam e a quem se destinavam diversos levantamentos de numerário que eram feitos no grupo. António Franco foi um dos gestores que maiores críticas fizeram à supervisão, ao afirmar que o BdP não fez perguntas suficientes sobre o Insular e podia ter accedido ao registo das suas operações.

O accionista Fernando Cordeiro quis esclarecer o seu envolvimento na operação de compra da SLN Imobiliária em Agosto de 2000, alegadamente para

contornar uma determinação do BdP. O accionista da SLN tinha dito ao Expresso a 4 de Abril que não assinou um protocolo em que se comprometia a revender a SLN Imobiliária, deixando no ar a ideia de que ia processar Oliveira Costa.

Por fim, foi ouvido Pedro Guimarães, administrador do BPN Crédito, chamado pelo PCP devido ao seu envolvimento nas grandes operações de crédito às empresas do grupo e a membros de órgãos sociais. LV.

O que o Banco de Portugal sabia em 2005



Operações domiciliadas no BPN Cayman eram feitas num sistema informático próprio, a que acedia um número restrito de pessoas.

Os mecanismos de controlo necessários aos princípios preventivos de branqueamento de capitais não foram aplicados

O crédito concedido a diversas entidades associadas a El-Assir, empresário envolvido juntamente com Dias Loureiro no ruinoso negócio de Porto Rico, não era reportado de forma consolidada, embora o montante (€42,9 milhões) obrigasse o BPN a fazê-lo



A SLN Imobiliária, apesar de ter sido vendida em Agosto de 2000 por recomendação do Banco de Portugal, continuava a ser gerida em 2005 no interesse do grupo e estava nas mãos de cinco accionistas da SLN

O procedimento do crédito no BPN tinha uma organização muito deficiente dos dossiês de crédito e gestão de acompanhamento das carteiras, um problema também detectado em 2002. Muitas propostas de crédito estavam fora do sistema P10



BPN

